

OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) (2020). *Sociedade das Nações (1920-1946). Promessas e Legados*. Lisboa: Instituto Diplomático, Biblioteca Nacional de Portugal, 246 pp., ISBN: 978-972-565-668-6.

Na encruzilhada de diversas correntes de pensamento, colhendo a experiência da Cruz Vermelha e das Convenções de Haia, embora guardando a sua originalidade, a Sociedade das Nações (SDN) nasceu no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, com sede em Genebra. Tendo por desígnio principal fazer cumprir a muito citada frase do escritor britânico H. G. Wells, acerca da “guerra para acabar com todas as guerras”, a SDN revelou-se incapaz de impedir os revisionismos territoriais dos derrotados ou descontentes de 1918, que acabaram por estar na génese de novo conflito mundial. Daí decorre que alguma da historiografia acerca desta organização se tenda a fixar nos temas do fracasso e das boas intenções, enquanto outra tem vindo a sublinhar o pioneirismo e a marcada influência tida sobre a Organização das Nações Unidas (ONU). Em boa verdade, o subtítulo do livro coordenado pelo historiador Pedro Aires de Oliveira é sintomático desse duplo entendimento.

Inicialmente pensado como catálogo de uma exposição que teve lugar na Biblioteca Nacional (BN) nos inícios de 2020, o livro em apreço revela-se mais substancial na forma e no conteúdo, transcendendo as características amiúde associadas ao género. De resto, uma secção com a documentação e a iconografia expostas na BN (pp. 225-246), assim como uma cronologia (pp. 203-206) e um mapa das (re)adesões e abandonos dos diferentes Estados àquela organização multilateral (pp. 16-17), confirmam que a maior parte do volume é consagrada a artigos de investigação.

Enquanto o prefácio, assinado por José Freitas Ferraz – diretor do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros –, põe a tónica na “inquietante atualidade” da SDN, com o refluxo do multilateralismo e o recrudescer da retórica populista, cabe à sucinta introdução, de Aires de Oliveira, assinalar o seu “centenário discreto”, fruto talvez da “má imprensa” que continua a rodear a organização. Aí são tecidas algumas considerações historiográficas acerca “das muitas facetas que permanecem por estudar com profundidade [...] em Portugal”, nomeadamente o envolvimento de cidadãos lusos nas comissões técnicas da SDN, o impacto na política e na legislação nacional e o posicionamento dos diversos regimes (Primeira República, Ditadura Militar e Estado Novo) perante Genebra (pp. 13-14).

O primeiro artigo, “Um parlamento global e a longa procura da paz perpétua” (pp. 19-44), de Bruno Cardoso Reis, começa por aclarar a nomenclatura

da organização e a arqueologia de uma ideia. Por outras palavras, o autor explica que, em Portugal, o “predomínio da influência cultural francesa” terá determinado o uso de *Société des Nations* em lugar de *League of Nations*. Não introduzindo, porém, qualquer nota em relação à simbologia ou ao cromatismo – azul, como azul serão, também, as bandeiras da ONU e da União Europeia –, Cardoso Reis chama à colação a *Pax Romana*, a *Tianxia* chinesa e a *Respublica Christiana*, assim como os escritos do abade de Saint Pierre e de Immanuel Kant, com o fito de enquadrar as formulações do presidente Woodrow Wilson, que constituíram a antecâmara da SDN.

Por sua vez, Yvette Santos, em “Ação humanitária, proteção jurídica e integração: a Sociedade das Nações e os refugiados apátridas” (pp. 45-67), como que divide a atuação neste campo em dois períodos, anos 20 e anos 30, os quais espelham um certo cenário de apogeu e queda. Assim, tendo presente as grandes massas de refugiados geradas no decurso da guerra, a SDN operou no sentido de lidar com crises idênticas nos anos 20, quer criando comissões específicas (veja-se o caso da Guerra Greco-Turca), quer emitindo o famoso Passaporte Nansen, o qual permitia aos cidadãos apátridas encontrar refúgio e trabalho. Por contraste, nos anos 30, o avolumar das tensões políticas, com a invasão italiana da Abissínia e a irrupção da Guerra Civil de Espanha e da Segunda Guerra Sino-Japonesa, demonstrariam tanto a incapacidade da organização em manter a paz, quanto de prover um auxílio eficaz aos refugiados.

“Sexo, drogas e diplomacia” (pp. 69-90), de Helena Pinto Janeiro, é um curioso artigo versando o olhar atento que alguns comités da organização lançaram ao submundo dos estupefacientes e das redes de prostituição. Usando uma multiplicidade de fontes, entre as quais se incluem entrevistas realizadas à época, a autora não deixa de enfatizar o facto de os organismos que procuravam dar resposta ao tráfico de mulheres contarem com um considerável número de elementos femininos, facto não observável nos outros comités.

No primeiro dos dois textos da autoria de Aurora Almada e Santos, intitulado “Mandatários em nome da sociedade: impérios, mandatos e escravatura” (pp. 91-108), encontram-se algumas referências aos territórios ultramarinos portugueses, muito embora o âmagô consista no estudo “do impacto da organização no combate à escravatura” (p. 106) e no funcionamento nos chamados mandatos coloniais, ou seja, de que modo as colónias alemãs e as províncias árabes do império otomano passaram administrados pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial. Seguindo de próximo a obra de Susan Pederson, *The Guardians. The League of Nations and the Crisis of Empire*, Almada e Santos argumenta que “em meados da década de 1930 o Sistema de Mandatos começou a evidenciar dificuldades, não conseguindo escapar à perda de prestígio que

afetou a própria SDN” (p. 101).

O estudo de Cristina Rodrigues, “Transcender o infinito do infinito ou o tempo longo da Organização Internacional do Trabalho” (pp. 109-133), parece continuar o texto anterior, começando por pôr em diálogo o mundo laboral dos territórios colonizados com a esfera do trabalho das metrópoles. De igual modo, a análise do caso português é levada a cabo, como que seguindo a recomendação inicial de Aires de Oliveira sobre a SDN perante os diferentes regimes políticos. Com efeito, problematizam-se as relações e as convenções emanadas da OIT, em face da legislação da Primeira República e do Estado Novo.

Quanto a Cláudia Ninhos e Quintino Lopes, cujo artigo se intitula “A cooperação técnica e intelectual ou o conhecimento do *outro* para a paz mundial” (pp. 135-153), a sua pesquisa incide em vários organismos, entre os quais se inclui o Comité Internacional de Cooperação Intelectual (CICI). Este promoveu o “intercâmbio e diálogo educacional, científico e cultural” como meio de “aproximar os povos”, quer dizer, de “conhecer e compreender o *outro*” (p. 134). E concluem os autores que, procurando combater os “nacionalismos exacerbados”, que poderiam conduzir a um novo conflito, o CICI não conseguiu prevenir, também nos anos 30, a deriva nacionalista patenteada pela cada vez maior importância que os comités de cada país foram adquirindo.

Após os textos anteriores caracterizarem diversos aspetos do funcionamento da SDN, os dois últimos fazem as vezes de conclusão. O primeiro, de Aires de Oliveira, em “A paz e os seus descontentes”, enuncia as dificuldades que a organização enfrentou desde início, regressando ao tema da historiografia mais crítica acerca dos “metafísicos de Genebra” (p. 155). Ora, tais estudos têm sido objeto de reavaliação por contributos recentes, que atestam a falta de meios da SDN para contrariar as agressões territoriais dos anos 30 e, em simultâneo, as importantes lições que a ONU terá colhido desses tempos. Neste sentido, Aires de Oliveira convida a lançar um novo olhar sobre a experiência como um todo, tendo presente o complexo quadro político, económico, social e diplomático do período de entre-guerras.

Por último, Aurora Almada e Santos, em “A Liga morreu, longa vida às Nações Unidas! O legado da Sociedade das Nações e a Organização das Nações Unidas” (pp. 179-201), traça as linhas de continuidade e de rutura das duas organizações, de como a ONU foi desenhada a partir do organigrama institucional da SDN. Todavia, conclui, o modelo não foi simplesmente decalcado. Desde o início, a ONU afastou-se do carácter eurocêntrico da SDN, com a questão anticolonial bem presente, aspirando ao universalismo. Ou seja, ao arvorar-se em farol do novo mundo da Guerra Fria e do Movimento dos Países

Não-Alinhados, a ONU teve de lidar com a questão das “promessas e legados”,
na procura de um espaço próprio.

SÉRGIO DUARTE NETO

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20)

sgdneto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9737-0029>